



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do **Dia** 01/04/2016

política



Rita Oliveira

rittaoliveira@jornaldodiase.com.br - rittaooliveira@uol.com.br

O Poder Legislativo em cheque

No final de dezembro de 2004, quando acabava a legislatura parlamentar iniciada em 2011, a Procuradoria Regional Eleitoral em Sergipe (PRE/SE) ajuizou 25 ações contra 23 deputados da Assembleia Legislativa, por irregularidades no repasse e na aplicação de verbas de subvenção social.

Contra 13 deputados reeleitos, foram ajuizados pedidos de cassação de mandatos porque as verbas irregularmente repassadas também foram desviadas ou utilizadas com fins eleitorais, com potencial proveito político para os candidatos. Outros cinco deputados que não se candidataram também foram processados pelo mesmo motivo. Contra seis deputados foi pedido apenas a condenação ao pagamento de multa, por terem distribuído as verbas em ano eleitoral, o que é vedado pela legislação, mas não foram identificadas fraudes na aplicação dos recursos.

O levantamento inicial da PRE identificou R\$ 12,4 milhões desviados de sua finalidade e boa parte repassada ilegalmente em 2014, ano de eleição, por conta de proibição na legislação eleitoral.

Durante todo o ano de 2015 a sociedade acompanhou o escândalo das verbas de subvenção social da Assembleia Legislativa, com oitivas, depoimentos de testemunhas de defesa e acusação, depoimentos na polícia, prisão do ex-deputado Mundinho da Comase e julgamentos no Tribunal Regional Eleitoral.

Já no final do ano, com o fim dos julgamentos, nove deputados foram condenados à perda do mandato, inelegibilidade de oito anos e pagamento de multa, quatro foram absolvidos e o restante condenados apenas a pagamento de multa de até R\$ 106 mil.

Paralelo ao escândalo da verba de subvenção

da Assembleia Legislativa em 2015, teve a sequência de escândalos da Operação Lava Jato envolvendo vários deputados federais e senadores. Todos acusados de receberem propinas de empresas que prestavam serviços a Petrobras.

Agora neste começo de 2016, o escândalo de desvio de recursos públicos vem da Câmara Municipal de Aracaju. Um total de 15 vereadores é acusado pelo Ministério Público Eleitoral (MPE) de desvio de verbas indenizatórias, através da simulação fraudulenta de serviços advocatícios e locação de veículos, mediante contratos fictícios.

Para aprofundar a investigação dessa denúncia, mediante investigação do Tribunal de Contas do Estado que detectou irregularidades nas contas das verbas indenizatórias apresentadas pelo presidente Clóvis Barbosa, o MPE em conjunto com o Departamento de Repressão aos Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap) deflagraram ontem a Operação "Indenizar-se".

Com a instauração de um Inquérito Policial, 35 policiais civis cumpriram ontem mandados de busca e apreensão em seis locais de Aracaju e um na Barra dos Coqueiros, com apreensão de documentos para análise. Entre os locais "visitados" pela polícia: a casa do ex-vereador e advogado Alcivan Menezes, na Barra; o seu escritório em Aracaju; a sede da Elo Consultoria e Locação de propriedade do seu filho; a casa do vereador Emmanuel Nascimento (PT) e Câmara Municipal.

Agora, a apuração de fraude em desvio de recursos públicos não está somente em parlamentares do Congresso Nacional e da Assembleia Legislativa, mas também da Câmara Municipal de Aracaju.

É um sinal de que a certeza da impunidade não vale mais e que quem dever que pague...